



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE INSTALAÇÕES - SAIN/DSG/COAD/DLOG/PF**

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6488248/2018-SAIN/DSG/COAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.015774/2017-47

1. DO OBJETO

1.1. Processo para contratação de empresa para fornecimento de água mineral, visando atender às necessidades das unidades centrais da Polícia Federal localizadas em Brasília/DF e demais participantes conforme quantidades e especificações definidas nas tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE
Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrações de plástico fabricados em Polietileno Tereftalato (PET) ou em policarbonato (PC) transparente de 20 litros. Com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 03 (três) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as unidades da Polícia Federal em Brasília-DF e demais participantes, conforme endereços constantes neste Termo de Referência.	289699	GARRAFÃO

1.1.2. Em observância ao previsto no art. 48, III da Lei Complementar 123/2006, a Coordenação de Administração procura manter o percentual de 25% para os itens de natureza divisível, cujo valor estimado ultrapassa a monta de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme quantitativos discriminados na tabela abaixo.

Item 1	Órgão (ampla participação)	Quantitativo
200334	Coordenação de Administração PF	11700
200340	Academia Nacional de Polícia	3375
112408	Hospital das Forças Armadas	8775
TOTAL		23850
Item 2	Órgão (participação exclusiva) 25%	Quantitativo
200334	Coordenação de Administração PF	3900
200340	Academia Nacional de Polícia	1125
112408	Hospital das Forças Armadas	2925
TOTAL		7950

1.2 Nos termos do Art. 48, III da Lei Complementar N. 123 de 2006 (Atualizada pela LC N. 147/2014), parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverão ser destinados exclusivamente à ME/EPP/COOP beneficiadas pela LC n. 123/2006.

1.3 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6 Os produtos objeto desta aquisição contêm critérios de sustentabilidade ambiental e estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.7 A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições

1.8 Não há óbice para solicitação de adesão por órgão não participantes, desde que se observe o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas da Polícia Federal e suas unidades em Brasília, considerando que a falta deste produto poderá prejudicar o bom andamento e desempenho das atividades meio e fim da Polícia Federal, visto que a vigência da atual ARP está próximo do término.

2.2. O presente termo de referência é composto de 02 (dois) itens de mesma natureza.

2.3. A adoção do sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 combinado com o art. 3º, inciso II do decreto nº 7.892/2013 e justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, bem como por ser mais conveniente a aquisição de entregas parceladas, contribuindo para a manutenção adequada dos níveis de estoque, evitando a descontinuidade do fornecimento desses materiais.

2.4 Por se tratar de aquisição de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Para fins de análise de classificação e aceitação, entende-se que o julgamento deverá atender ao critério de menor preço por item consoante Lei 10.520/02 art.4º, inciso X, que possibilitará maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Após (Desde que) atendidos todos os requisitos de aceitação, será considerado como vencedor do respectivo item o fornecedor participante que ofertar o menor preço para o objeto disputado.

2.5. A quantidade estimada a ser adquirida levou em consideração o consumo dos últimos 9 (nove) meses, janeiro a setembro, mais a média de consumo estimada para os próximos 3 (meses) , outubro a dezembro, das Unidades Centralizadas da PF perfazendo o total de doze meses para elaboração deste Termo de Referência.

2.6. Assim, estima-se a necessidade de aquisição de **15.600 (Quinze mil e seiscientos garrações)** já considerando uma margem de segurança, conforme planilha de cálculo presente nos autos para **a Coordenação de Administração UASG 200334, 4.500 (Quatro mil e quinhentos garrações) para a**

Academia Nacional de Polícia e 11.700 (Onze mil e setecentos garrações) para o Hospital das Forças Armadas UASG 112408.

2.7. Para fins de análise de classificação e aceitação, entende-se que o julgamento deverá atender ao critério de menor preço por item consoante Lei 10.520/02 art.4º, inciso X. Desde que atendidos todos os requisitos de aceitação será considerado como vencedor do respectivo item o fornecedor participante que ofertar o menor preço para o objeto disputado.

2.8 Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

2.8.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a AGU, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

e) a comprovação do disposto no subitem 2.8.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 A ÁGUA MINERAL SEM GÁS deverá:

3.1.1 ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, segundo o Código de Águas Minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

3.1.2 atender aos padrões bacteriológicos de potabilidade, conforme laudo de órgão oficial ou outra instituição autorizada;

3.1.3 atender às características microbiológicas estabelecidas em Regulamento Técnico específico, respeitando os limites máximos permitidos de substâncias químicas que representam risco à saúde, conforme Resolução RDC nº 274 de 25/03/2005 da ANVISA;

3.1.4 atender, ainda, aos Regulamentos Técnicos específicos de características Macroscópicas e Microscópicas de Rotulagem de Alimentos Embalados, no que couber, e outras legislações pertinentes;

3.2 OS GARRAFÕES disponibilizados deverão:

3.2.1 ser próprios para o acondicionamento de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas;

3.2.2 conter rótulo-padrão cujas características e apresentação básicas tenham sido aprovadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, (Decreto-Lei n.º 7.841/1945), e registradas no

Ministério da Saúde;

3.2.3 conter gravação legível em seu rótulo ou em sua vedação a data de envasilhamento, número do Registro no Ministério da Saúde (MS), marca e validade do produto, conforme Portaria n.º 470/99 do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

3.3 A CONTRATADA deverá apresentar:

3.3.1 autorização de funcionamento da empresa engarrafadora dentro do prazo de validade, emitida pela Vigilância Sanitária;

3.3.2 análise bacteriológica da água emitida no prazo máximo de 06 (seis) meses, em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 274/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que aprova o Regulamento Técnico para Águas Envasadas e Gelo, ou outras em sua substituição;

3.3.3 análise físico-química do produto emitida no prazo máximo de 06 (seis) meses por órgão oficial ou por laboratório competente e credenciado por ele;

3.3.4 laudo de instituição oficial certificando a propriedade ou concessão da fonte da água a ser fornecida para consumo;

3.3.5 certificado de instituto técnico reconhecido atestando que os garrafões atendem à NBR 14.222 e NBR 14.328 e estão de acordo a Portaria DNPM nº 387/08 e especificações da ANVISA pertinentes.

3.3.6 01(um) ou mais atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto deste Termo de Referência.

3.4 Não serão aceitos certificados sem data de emissão e que não indiquem sua validade;

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de bens de consumo usual nos órgãos públicos, de especificação conhecida no mercado público e descritas de forma objetiva. Tais especificações coadunam-se com a estrutura procedimental do Pregão, na medida em que é menos formalista e mais célere, não importará prejuízo à análise do objeto licitado.

4.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados da Ordem de serviço, em remessa parcelada.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.5. Dos locais de fornecimento da água mineral à contratante titular e participantes.

5.5.1. Edifício Sede da Polícia Federal, localizado no Setor de Autarquias Sul quadra 06 lote 9/10, terça e quinta-feira no horário de 08h30 às 11h00 e 14h30 às 16h00;

5.5.2. Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito federal, localizada na SAIS quadra 07 lote 09, nos prédios do COT, CDO, CANIL, INI e ALMOXARIFADO, terça e quinta-feira no horário de 9h00 às 11h00;

5.5.3. Interpol, localizada no SAIS, quadra 07 lote 23 - Edifício CTI 1º andar, terça e quinta-feira no horário de 9h00 às 11h00 e das 14h30 às 16h00;

5.5.4. CAOP - HANGAR, localizado no Aeroporto Internacional Setor de Hangares lote 13/14 Lago Sul, terças e quintas-feiras das 14h30 às 16h00;

5.5.5. CDPQ, CGCSP, DIP – localizada no Setor Sudoeste, EQSW, quadra 103. Lote 01 Bloco A e B, complexo administrativo do Sudoeste, terças e quintas-feiras das 09h10 às 11h00 e das 14h30 às 16h00;

5.5.6. ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA, Rodovia DF 001 KM – 02 Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, terças e quintas-feiras das 09:00H às 11:00h.

5.5.7. HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS, Setor Sudoeste, HFA- Brasília DF, Setor de Almojarifado, terças e quintas-feiras das 09:00h às 11:00h;

5.6. O produto deverá ser entregue duas vezes por semana, terças e quintas-feiras, nos locais indicados pela contratante, em garrafas transparentes, após requisição emitida pelo fiscal do contrato indicado pela DSG/COAD/DLOG/PF e somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições técnicas.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que será submetida à apreciação pela Administração;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Entregar a água mineral com rótulo, constando nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome da concessionária, componentes físicoquímicos, composição analítica, classificação segundo o Nacional de Produção Mineral, volume do conteúdo, carimbo com ano e mês de engarrafamento e prazo de validade, obedecendo ao disposto no Artigo 29, do Capítulo VI do DecretoLei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais e lacrado, para garantir a inviolabilidade;

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2 multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- 11.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. ANEXOS

12.1 ANEXO I – VER ORÇAMENTO DETALHADO

Brasília/DF, 02 de maio de 2018.

JETHRO SOUSA E SILVA

Agente Administrativo

Mat. PF 19.853

RICARDO GERALDO MENDES DE SOUZA

Agente Administrativo

Chefe do SAIN/DSG/COAD/DLOG

Despacho DSG/COAD/DLOG/PF:

De acordo com o Termo de Referência.

WILLIAM ENIO GUEDES FABRÍCIO

Agente de Polícia Federal

Chefe da DSG/COAD/DLOG/PF

Despacho DLOG/PF:

Estando de acordo com o TR e suas justificativas, APROVO-O conforme o disposto no Art. 9º do Dec. 5450/2005.

FABRÍCIO SCHOMMER KERBER

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística Policial - DLOG/PF



Documento assinado eletronicamente por **JETHRO SOUSA E SILVA, Agente Administrativo**, em 02/05/2018, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GERALDO MENDES DE SOUZA, Chefe de Setor**, em 02/05/2018, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM ENIO GUEDES FABRÍCIO, Chefe de Divisão**, em 02/05/2018, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO SCHOMMER KERBER, Ordenador de Despesa**, em 03/05/2018, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6488248** e o código CRC **FBBAB170**.

Referência: Processo nº 08200.015774/2017-47

SEI nº 6488248